

## **EPIDEMIA DE ZIKA VÍRUS NO BRASIL EM 2015: O DIREITO HUMANO À SAÚDE EM CONTEXTO NEOLIBERAL**

JULIANA OLIVEIRA DE ALMEIDA  
Universidade de Brasília

Advogada (bacharela em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), bacharela em Serviço Social pela Universidade de Brasília e candidata ao mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília com intercâmbio acadêmico na Université de Montréal. Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (TRASSO).

**RESUMO:** A epidemia de Zika vírus de 2015 foi um marco na história do Brasil, tendo afetado mais gravemente o Nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres do país. Milhares de pessoas foram acometidas pela doença, que impactou desproporcionalmente mulheres e meninas vulnerabilizadas e seus filhos acometidos com a síndrome congênita de Zika. O surto do vírus Zika no Brasil agravou antigos e conhecidos problemas de direitos humanos e cidadania, sobretudo o direito humano à saúde. À época, o governo brasileiro declarou emergência de saúde nacional e, em seguida, a Organização Mundial da Saúde declarou emergência global de saúde pública. Além disso, um estudo recente revelou que existe o potencial de um ciclo silvestre para o Zika no Brasil, o que expõe a população a maiores riscos de novas epidemias. Todo esse conjunto demonstra a dimensão do problema e, portanto, justifica a importância de seu estudo. Assim, o presente trabalho objetivou fazer uma reflexão sobre a epidemia de Zika de 2015 no Brasil, discutindo as condições em que esta se deu, bem como sobre a política de saúde pública do país no cenário neoliberal de cerceamento de direitos e corte de gastos públicos. Ademais, foi feito um breve debate sobre o papel do Estado na proteção e garantia do direito à saúde, tomado como um direito humano fundamental. Quanto aos resultados, viu-se que a epidemia de Zika evidenciou mais uma vez a fragilidade do sistema brasileiro de saúde pública e como este carece de investimentos e aperfeiçoamentos. Constatou-se que o enfrentamento à epidemia sofreu influências do conturbado contexto político-econômico, que priorizou no orçamento federal as despesas com a dívida pública, o que resultou em severos cortes de recursos financeiros. Consequentemente, a condição mais grave para a eclosão da epidemia – o acesso à água e o saneamento básico – permaneceu sem solução, deixando a população vulnerável a futuros surtos. Sendo a saúde entendida como produto de uma gama de fatores relacionados à qualidade de vida, viu-se que o Estado brasileiro falhou em muitos níveis em seu dever constitucional de promover a saúde por meio de políticas públicas, violando este que é um dos mais preciosos direitos humanos. O trabalho possui uma abordagem quanti-qualitativa, tendo sido analisados dados, documentos e pronunciamentos oficiais, reportagens, bem como estudos de grande magnitude sobre a epidemia no Brasil, considerando os contextos social, político e econômico para uma melhor compreensão e interpretação do fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** ZIKA VÍRUS; BRASIL; EPIDEMIA; DIREITO HUMANO À SAÚDE; NEOLIBERALISMO.